

# AS ARTES DE (RE)FAZER O MUNDO

Habitar, compor e ordenar a vida em sociedade

ORGANIZADORES:

José Manuel Resende

Bruno Dionísio

Pedro Caetano

João Emílio Alves

António Calha

## FICHA TÉCNICA

- TÍTULO:** As artes de (re)fazer o mundo – Habitar, compor e ordenar a vida em sociedade  
**Coleção C3i – Vol. 7**
- EDITOR:** Instituto Politécnico de Portalegre  
C3i – Coordenação Interdisciplinar para a Investigação e Inovação
- ORGANIZAÇÃO:** José Manuel Resende, Bruno Dionísio, Pedro Caetano, João Emilio Alves, António Calha
- PAGINAÇÃO:** Gabinete de Relações Públicas e Cooperação  
**CAPA:** Catarina Matos/Romeu Severim (imagem)  
**COORDENAÇÃO GRÁFICA:** Gabinete de Relações Públicas e Cooperação
- PROPRIEDADE:** Instituto Politécnico de Portalegre  
Praça do Município, n.º 11, 7300-110 Portalegre  
Telef. 245 301 500  
Fax 245 330 353  
geral@ippportalegre.pt
- IMPRESSÃO:** A2el – Publicidade e Serviços Lda  
**TIRAGEM:** 300 exemplares  
**DEPÓSITO LEGAL:** 405142/16  
**ISBN:** 978-989-8806-08-6
- Portalegre, fevereiro de 2016
- APOIOS:** FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, INCT-InEAC – Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos, IPP – Instituto Politécnico de Portalegre, ESE – Escola Superior de Educação, CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, C3I – Coordenação Interdisciplinar para a Investigação e Inovação

Alexandre Cott  
Delaunay, Fábio  
José Manuel Re  
Caetano

# **AS ARTES DE (RE)FAZER O MUNDO**

**Habitar, compor e ordenar a vida em sociedade**

## **CONTRIBUIÇÕES**

Alexandre Cotovio Martins, Ana Cristina Cotovio Martins, Bruno Dionísio, Catarina Delaunay, Fábio Reis Mota, João Emílio Alves, João Sedas Nunes, José Colaço Dias Neto, José Manuel Resende, Laura Centemeri, Leonor Sampaio, Paula Cristina Carvalho, Pedro Caetano, Pedro Duarte, Pedro Serrão, Roberto Kant de Lima, Teresa Subtil

## ÍNDICE

<b>PREFÁCIO</b>	9
 <b>PARTE I - Artes de (re)fazer o território e o ambiente</b>	
La politique attachée au territoire habité : défaire et refaire le « local » dans l'action militante environnementaliste	15
<b>Laura CENTEMERI</b>	
Refazer o território aldeão: as festas comensais e as refeições de festa entre familiares e amigos	33
<b>Teresa SUBTIL</b>	
Pescadores Artesanais da Carrasqueira: Notas preliminares sobre um povoado da costa portuguesa	61
<b>José COLAÇO</b>	
Sobre a territorialização das políticas sociais.	77
O exemplo do Programa <i>Rede Social</i> : entre a municipalização e a configuração de um modelo de governança de base local.	
<b>João Emílio ALVES</b>	
 <b>PARTE II – Artes de (re)fazer a solidariedade</b>	
A vulnerabilidade está hoje ao centro da condição humana moderna? Questionamentos sociológicos a propósito das categorias dos seropositivos e dos alunos «inadaptados» ao mundo escolar	97
<b>José Manuel RESENDE</b>	
Da caridade à solidariedade. As controvérsias públicas na construção do espaço comum – Configurações da mobilização política.	125
<b>Pedro DUARTE</b>	
Do nosso mundo (de)feit(uos)o: identidade homossexual e gramáticas morais	141
<b>João SEDAS NUNES</b>	

Pluralismos, diversidades e engajamentos nas políticas de reconhecimento no Brasil e na França. <b>Fábio Reis MOTA</b>	149
Os consensos e as controvérsias da classificação na categorização profissional dos animadores socioculturais <b>Ana Cristina COTOVIO</b>	175
<b>PARTE III – Artes de (re)fazer a saúde</b>	
Do princípio geral à situação particular: os regimes de envolvimento no mundo da saúde e as artes de (re)fazer os dispositivos de PMA <b>Catarina DELAUNAY</b>	197
Os adolescentes com doença oncológica: A experiência da singularidade e regimes de acção <b>Paula CARVALHO</b>	221
A doença crónica. O respeito como reforço dos laços de confiança entre médico e paciente <b>Maria Leonor SAMPAIO</b>	237
Moralidade, sentido de justiça e envolvimento na acção: questionamentos oriundos da análise da prestação de cuidados médicos paliativos <b>Alexandre MARTINS</b>	259
<b>PARTE IV – Artes de (re)fazer a educação</b>	
A Arte de Compor Mundos na República das Letras: uma análise pragmática do «Inquérito à Vida Literária Portuguesa» de Boavida Portugal <b>Pedro SERRÃO</b>	281
Escola plural no singular: arquitectura de uma agenda de investigação <b>Bruno DIONÍSIO</b>	307
Cidadania e Alteridade. Como coordenar as diferenças? Subsídios para uma Sociologia do Respeito <b>Pedro CAETANO</b>	317

Tradição Jud  
em uma Pers  
Roberto KA

NOTAS BIC

ento	149	Tradição Judiciária Inquisitorial, Desigualdade Jurídica e Contraditório em uma Perspectiva Comparada.	337
		<b>Roberto KANT DE LIMA</b>	

ção	175		
		<b>NOTAS BIOGRÁFICAS</b>	351

o no	197		
------	-----	--	--

idade	221		
-------	-----	--	--

entre	237		
-------	-----	--	--

entos	259		
-------	-----	--	--

ática	281		
-------	-----	--	--

	307		
--	-----	--	--

uma	317		
-----	-----	--	--

## PREFÁCIO

### **Os insondáveis caminhos (in) transitáveis na modernidade e os modos de ordenar os mundos plurais: o intrigante no centro do questionamento sociológico**

José Manuel Resende

Dando seguimento a um programa de investigação em curso no Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa – CesNova – um vasto grupo de investigadores ligados a esta unidade de investigação marcam encontro anual na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre com o propósito de tornarem público os resultados dos seus trabalhos de investigação em curso. Neste sentido, os Encontros de Portalegre, se por um lado são criados com o propósito de marcar a agenda de investigação em curso, no quadro de um programa destinado a observar, compreender e explicar «*os modos como os actores se (des) ligam uns dos outros, e, por essa via, (des) fazem os laços entre si, através do accionamento de distintos regimes de acção de envolvimento, que se (re) criam através da maneira como se mobilizam à volta de controvérsias públicas, permitindo, por aí, traçar as diversas transitoriedades conjuntivas entre seres capacitantes e seres vulneráveis*», por outro lado, o espaço de discussão e de debate, prolonga-se para além do território físico onde as sessões ocorrem, indo desembocar na praça da cidade, que fica defronte do edifício, local simbólico e marca da nossa vinculação pessoal e colectiva, relativamente à responsabilidade moral e política objectivada na atenção dada às dinâmicas mundos que percorrem todas as arenas públicas do País. Este tem sido o nosso compromisso com o acto cívico de servir os públicos através da nossa actividade científica.

Na verdade, é preciso reafirmar com regularidade que as mulheres e os homens de Ciência têm por obrigação moral fazer sair à rua os seus produtos científicos. Tal postura normativa deve-se ao facto de que a qualidade simbólica atribuída à rua é um modo de a representar como o conjunto de itinerários, possíveis e (in) transitáveis, que se encontram em conexão associativa umas com as outras, e que é por intermédio destas redes intercomunicáveis que elas afluem aos espaços públicos, por modos sinuosos, percolando tempos que anunciam promessas, convicções e utopias múltiplas.

Institucionalizados ou não, o mergulho nos espaços públicos torna possível, que a experiência ali alimentada e consumida, contribua não só para intensificar,

quer a experiência imediata, habitual, quer a experiência intermitentemente reflexiva, que são constitutivas da nossa vida pessoal e profissional, como não deixam de concorrer para a irrigação da nossa imaginação sociológica de modo a que possamos (re) enquadrar novos problemas e novos modos de os questionar. A intensidade e densidade das questões intrigantes que se retiram das controvérsias que compõem os enredos dos nossos mundos públicos, levam-nos a apostar na opção reflectida de seguir de perto tudo aquilo de que os actores são ou não são capazes de fazer, de desfazer e de refazer, no quadro extenso dos laços e das interacções que reorganizam em permanência, uns com os outros.

E não é possível esse questionamento sem a centralidade das relações entre cada um e um *outro*, presente e ausente, conhecido e desconhecido, próximo e afastado. Por intermédio destes exercícios investidos em formas diferenciadas, e que se reconfiguram na pluralidade de eixos actuantes, é possível observar, quer as marcas salientes, quer os sinais minuciosos, patentes, muitas vezes, nas suas minudências, que marcam os seus modos de *habitar, compor e ordenar as suas artes de (des) fazer o mundo do local ao global*.

O nosso programa de investigação fixa-se justamente nas artes de compor o que há de comum entre uns e outros, trabalhadas rotineiramente nos mundos plurais pelos actores que temos estado a seguir no nosso trabalho de campo. Partindo de dois eixos por onde incide a investigação trabalhada sob o comando da Sociologia Pragmática, incorrendo sobre os sentidos das actuações práticas, os nossos trabalhos instam em seguir, com o maior cuidado e rigor, o investimento *questionador* dos actores que é construído a partir das *convicções* com que estes nutrem de modo irrigado as suas narrativas sobre as razões dos seus envolvimentos (ou não) nas esferas públicas, ou em outros espaços que escapam às lógicas da publicitação. Assim, o *intrigante* que suscita a interrogação e as *persuasões* que impulsionam as movimentações constituem as bases dos eixos actuantes dos actores, mas também os suportes da sua suspensão, com periodicidades diversas.

Dos percursos que fazem frequentemente, há encontros e desencontros; há queixas e denúncias; há intrigas e reclamações; há escândalos e omissões; há mobilizações e desmobilizações; há comprometimento com causas públicas, mas também perturbações e irresponsabilidades; há acordos feitos, desfeitos e refeitos; há vinculações e desprendimentos; há estados capacitantes postos à prova, que se transformam ou não em várias vulnerabilidades; há rostos, vozes e corpos expostos e visíveis e outros ignorados, desprezados e invisíveis... E seguindo os seus actos razoáveis, o investigador é impelido a utilizar metodologias e técnicas de observação diversas. Esses materiais colectáveis provêm de fontes documentais, de entrevistas,



de inquiridos por questionário, sem esquecer as análises etnográficas resultantes de mergulhos mais continuados nos campos de investigação.

Assim nos insondáveis caminhos percorridos pelos actores na modernidade, do espaço público aos territórios cunhados por laços de proximidade, é possível observar todas aquelas formas de os seres expressarem os seus envolvimento com os outros, ou ao invés, mostrarem o seu desapego, quer com o outro generalizado, quer com o outro que conta. Mas é justamente o lado intrigante das lições dos factos que compõem aqueles itinerários na modernidade, que nos levam a dar o centro do nosso questionamento às convicções expostas pelos actores quando estes fundam os seus modos actuantes, de compromisso ou de indiferença, fundamentados em retóricas justificativas, ou, pelo contrário fundados em violências transmutadas em gestos de humilhação e de discriminação, que não autorizam a intercomunicação por alegação, a não ser que se retome a razoabilidade das acções que visem o que há de comum entre os seres humanos e não humanos.

É com esses sentidos, que nos propomos dar ênfase às controvérsias como expressão habitual dos obstáculos em compor o mundo comum. A não ser assim as artes de compor as ordenações das grandezas são vistas como decorrendo de actos de naturalização, de modo inaugural, sem serem o resultado de questionamento face às perplexidades que estas causam quando são vertidas, por exemplo, nos dispositivos fabricados pela ordem jurídica, no quadro de jurisdições complexas, de um lado, e, do outro lado, de outros trabalhos de qualificação categorial, que construídos na modernidade, pretendem não só propor uma dada leitura do real, como aspiram, sobretudo, a reduzir ao máximo as ambivalências e as incertezas oriundas das experiências monitorizadas pela circulação dos actores nos mundos sociais.

Contudo, os problemas assinalados pelos actores que se envolvem nas controvérsias públicas, ou que os discutem na esfera familiar, resultam do trabalho realizado pela *expertise*, que ao invés dos propósitos aventados pelas instituições onde elaboram e facultam as suas teses, estas não são afinadas pelo selo da garantia, da certeza e da confiança. Não obstante aquele trabalho ser desenvolvido por cientistas e técnicos especializados, as suas fontes de legitimação já não asseguram, de modo directo e maquinal, o seu reconhecimento por parte dos actores, mesmo daqueles que são desprovidos de recursos qualitativamente superiores, no plano cognitivo. Ora a relativa corrosão das bases de legitimação, acompanhando ou não o declínio das instituições, estão cada vez mais na mira dos seres que povoam os mundos, objectivadas não só no modo como operam criticamente sobre as coisas, mas também no modo como se envolvem em movimentos, organizados, informais, incessantes e transitórios. E é neste sentido que os investimentos em acordos estáveis,

relativos ao estabelecimento de uma composição ordenada das grandezas dos seres, são tarefa complexa, cujas moratórias não podem assentar em períodos curtos, uma vez que o trabalho para o acordo combina sempre uma tensão permanente entre as intercomunicações, as decisões e os processos de reconhecimento da justeza daquelas deliberações.

Os *II Encontros de Portalegre* procuram, assim, discutir algumas destas questões, *nem sempre sintonizadas no mesmo padrão paradigmático*, mas à luz das pesquisas desenvolvidas por investigadores que elegem para os seus objectos de estudo preocupações científicas em torno das diferentes artes de (des) fazer o mundo: da educação, da saúde, da solidariedade e do território e ambiente. Como são geradas e geridas, pública e politicamente, as controvérsias quanto à ordenação do mundo social? Porque se mobilizam os actores – individual e colectivamente – e que gramáticas utilizam para expressar publicamente a sua voz em prol de uma determinada *causa* ou de um determinado *bem público*? Como se opera o trabalho público de reivindicação, reconhecimento, qualificação, categorização e gestão do «bem comum», da «diferença» e da «singularidade»? Como é que este intenso trabalho de (des) fazer o mundo social se traduz nas situações concretas em que os actores se envolvem?

Alicerçados, persevera-se de novo, num programa de investigação sociológica que tem vindo a ser constituído e dinamizado por investigadores do Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa, os *II Encontros de Portalegre* pretendem alargar e aprofundar o debate iniciado na sua primeira edição, em articulação com a Escola Superior de Educação e Instituto Politécnico de Portalegre, e fomentando a discussão científica através da participação de autores portugueses e estrangeiros. Com a segunda edição, os desafios crescem aceleradamente ao mesmo ritmo que a vontade de expor estes produtos ao olhar crítico dos nossos pares.

É com o objectivo de estar no mundo da ciência com o intuito de contribuir para o seu engrandecimento através da reciprocidade das operações e dos operadores da crítica científica aberta, transparente e fundamentada que damos à luz os resultados de investigações em curso. Uns textos são ainda *trabalho em progresso*, outros decorrem de projectos de investigação em curso ou já concluídos; há outros ainda que intentam alimentar outros projectos que até agora não saíram do laboratório das ideias e das conjecturas informadas.

Este é o nosso espírito. Que a leitura destes artigos vos proporcione o impulso do comentário, eis o desejo, mais uma vez reafirmado, de quem está disposto a participar nesse movimento crítico de modo a estar mais apetrechado para melhorar o seu trabalho empenhado.

## **A vulnerabilidade está hoje ao centro da condição humana moderna? Questionamentos sociológicos a propósito das categorias dos seropositivos e dos alunos «inadaptados» ao mundo escolar**

**José Manuel Resende**

### *Quem povoa e circula nos mundos de hoje?*

Um dos resultados mais interessantes suscitados pelas operações críticas realizadas por um sem número de actores envolvidos em múltiplas movimentações sociais (manifestações, greves, protestos diferenciados) ao longo dos anos 60, 70 e 80 do século XX é o de tornar possível a verificação de uma agenda de reparos substantivos sobre o presente das sociedades capitalistas, mas também sobre a promessa em relação a algumas mudanças que as elites têm de suscitar com alguma urgência (Boltanski, Chiapello, 1999). Essas promessas são anunciadas com um plano em que o cumprimento de medidas que tornem as sociedades mais justas é um desiderato a que ninguém pode escapar sob pena de não se ir ao encontro do projecto «imaginado de modernidade» (Wagner, 1996) aflorado no século XVIII.

Na projecção das medidas justas a implementar nas sociedades democráticas ou em vias de democratização, estas estendem-se às esferas económicas e políticas, mas incidem sobretudo na transparência dos processos ligados à vida das empresas e do Estado. Por outro lado, insiste-se na construção de sociedades mais «inclusivas» do ponto de vista político, o que pressupõe estender a públicos excludentes, quer os direitos e benefícios que ainda não usufruem, quer as obrigações que lhes são correlativas.

Todos estes rearranjos no plano institucional e jurídico têm incidências profundas no declínio do Estado Providência (Rosanvallon, 1981) porque o crescimento económico não se faz com a mesma intensidade como acontece nas décadas anteriores até anos 70 do século passado, sobretudo na Europa, em face da concorrência internacional como resultado da abertura dos países aos mercados internacionais. Por outro lado, os modos de distribuição da riqueza e os modos de distribuição dos encargos para a conservação dos direitos sociais convencionados não estabilizam em virtude do carácter tensional que aquela relação suscita entre as elites políticas, incluindo, os comentadores da vida pública. As dificuldades num acordo sustentado dão sinais de alerta em relação ao futuro dos direitos sociais, uma vez que parece não ser possível mantê-los tal como são concebidos em anteriores

8

ciclos económicos de maior prosperidade, e onde a estrutura demográfica apresenta um perfil não tão envelhecido e com uma esperança de vida mais curta, quer para os homens, quer para as mulheres.

O que interessa ressaltar neste texto é ainda a pouca visibilidade analítica das ciências sociais portuguesas relativamente aos efeitos dos processos que conduzem aos rearranjos atrás mencionados, mas sobretudo aos efeitos que as políticas e a acção pública trazem para o debate em resultado das inúmeras polémicas e controvérsias que estas transformações têm trazido para a vida comum dos cidadãos.

Não sendo possível tratar de todas as questões relevantes que os debates políticos têm suscitado ao longo do período recortado, é propósito deste texto partilhar com os seus leitores um levantamento de novos problemas sociológicos, que apesar do seu efeito de redução, não deixa de ser importante para pensar as actuais reconfigurações sociais, que habilitam e constroem os sujeitos nas suas interacções uns com os outros, quer estas ocorram informalmente, quer estas se desenrolem organizadamente, quer estas ainda componham os espaços institucionais. Indo ao encontro dos parâmetros requeridos pela economia textual, o que tem interesse aqui sublinhar são os efeitos que os debates públicos têm trazido, ao longo do tempo, para uma reflexão mais cuidada e atenta sobre os conceitos de *actor e de acção*, que não pode ser desligada do trabalho de «*investimento de forma*» (Thévenot, 1986) que tem estado a ser produzido por algumas *instituições* consideradas nodais, quer para avaliar os percursos da modernidade, quer para discutir os sentidos a atribuir hoje às funções do Estado Providência.

É também importante assumir com verdade que a justeza que este texto procura indagar segue outras indagações que têm sido produzidas por outros textos do mesmo autor, já do conhecimento público (Resende, 2006, 2005), (Resende, Dias, 2010). Ora o conjunto destas perscrutações têm permitido sondar os tortuosos caminhos percorridos pela transição de uma modernidade organizada, experienciada pelas promessas com garantia firmada e trazidas pelo Estado Providência, para uma modernidade liberal alargada (Wagner, 1996), experienciada com o alargamento das demandas de direitos e de benefícios de públicos até então desprovidos daquelas promessas e garantias, o que tem originado o aparecimento de inúmeros debates e discussões políticas acerca da (des) figuração do Estado Providência ou da sua (re) construção em outros moldes e sob outros desígnios. No fundo, atribuir centralidade ao Estado Providência, por intermédio de estudos centrados em duas instituições que são emblemáticas na sua caracterização, e na sua acção junto das múltiplas formas configuradas que são apresentadas quando falam da *Escola* ou do

*Hospital* – as figuras dos cidadãos, dos consumidores, dos utilizadores dos serviços públicos, dos contribuintes, dos clientes etc. –, incitam-nos a trazer para o espaço da escrita reflexões estimuladas pelos efeitos que os debates sobre o Estado têm promovido nas mudanças semânticas e hermenêuticas que aqueles discursos têm produzido nos conceitos de actor, ou em outros sinónimos conceptuais como os conceitos de agente, indivíduo e sujeito.

Estas alterações semânticas e hermenêuticas originadas nos conceitos citados não se esgotam nos discursos. Elas extravasam as suas fronteiras cognitivas, indo desembocar nas lógicas das acções de uns com os outros na busca de um bem-estar comum, quer quando monitorizam a sua experiência imediata, quer quando monitorizam a sua experiência reflexiva (Mead, 2006), (Quéré, 2004).

É justamente aqui que está alicerçada a pedra de toque do programa de investigação que temos levado a cabo ao longo dos últimos 7 anos no CesNova. De facto, este programa tem estado a identificar, desde as últimas décadas do século XX, as alterações ocorridas no frágil Estado Providência português, através, de um lado, nas suas incidências, quer na morfologia e actividades da Escola, quer no acesso aos cuidados prestados pelo Hospital e, por outro lado, através do modo como tais mudanças têm estado a pôr à prova os actores modernos no seu trabalho constante de se ligarem ou não aos *outros que contam* (Resende, 2003, 2010). Tais conexões ou desligamentos parecem ser o resultado tanto dos processos de socialização política *investidos na forma capacitante* a que os indivíduos modernos são sujeitos ao longo da sua vida (mas sobretudo na transição da adolescência para juventude e desta para a vida adulta), como dos processos de socialização política *não capacitante* a que também podem ser sujeitos quando os *estados de vulnerabilidade* os tocam seja qual for a modalidade e o contexto onde se exerce aquele *«investimento de forma»*.

Nesse sentido, e seguindo o raciocínio de Jean-Louis Genard (1999, 2007), a concepção antropológica da condição humana moderna é hoje marcada por uma interpretação conjuntiva a partir do binómio ser responsável e ser irresponsável, ao contrário do que acontece no século XIX onde o locus da interpretação antropológica da condição humana é baseada num entendimento disjuntivo construído no binómio de ser responsável ou de ser irresponsável (Genard, Cantelli, 2008). Ora a mutação de sentido interpretativo atrás mencionada, não só transfere para o homem moderno todo o trabalho de subjectivação sobre si próprio em torno das possibilidades e oportunidades que esta modernidade liberal alargada está em vias de proporcionar a todos, como convida as instituições e as suas convenções a trabalharem em *«investimentos de forma»* (Thévenot, 1986) ajustados à finalidade

de conferirem ao mesmo indivíduo maior poder sobre si, mesmo quando o mesmo indivíduo dá provas da suspensão das suas capacitações porque se encontra doente, desempregado, ou ainda é um ser excludente de todos os benefícios sociais, (como o indivíduo sem-abrigo ou o ser em estado de pobreza extrema), facultados pelo Estado, objectivado na sua decomposição como Estado Social (dos direitos sociais) e como Estado Liberal (dos direitos civis) (Genard, 2007).

Apoiados no entendimento tríplice do Estado definido por Jean-Louis Genard (ibidem), tangível na acção pública exercida pelo mandato dos seus funcionários, nomeadamente, por aqueles que são mais qualificados no exercício das suas profissões especializadas, os seres que hoje habitam os mundos sociais são concomitantemente seres capacitantes, seres frágeis e vulneráveis. Baseados nos axiomas da Psicologia, da Neurologia e da Psiquiatria, os estados mentais e comportamentais outrora classificados como patológicos, cuja gravidade requer o enclausuramento dos pacientes são hoje entendidos sob uma nova luz assente na possibilidade de convivência de uns com os outros (desde que os doentes estejam a cumprir a prescrição, com a toma regular da medicação), seguindo, aliás, de perto as perspectivas jurídicas formuladas sobre as sanções, as penas e as prisões que assumem na modernidade nascente uma natureza mais reparadora do que castigadora para todo o sempre.

É neste pressuposto que os estados humanos frágeis e vulneráveis, retratados em figuras múltiplas – dos handicapados aos doentes crónicos, dos loucos aos sem abrigo, dos velhos isolados aos seres que vivem na dependência constante de outrem – habitam hoje o espaço público, ou são publicitados pelas reportagens e/ou notícias transmitidas pelas televisões e por outros órgãos de comunicação social, ou ainda são objecto de intervenção social por técnicos estatais de serviço social encarregues de formular um plano de trabalho que vise a restauração, em cada um deles, das potencialidades propiciadoras à aquisição de uma maior autonomia possível, de maneira a que consigam governar-se por si próprios.

Aliás, os princípios da salvaguarda da autonomia, conectados com o princípio da responsabilidade, da busca de singularidade (processo tensional entre o ser singular e a ordem comum) e de autenticidade do ser, apresentam-se como o desiderato mais significativo que tem saído das orientações facultadas e definidas pelas políticas públicas ao serviço dos indivíduos modernos que vivem em sociedades em que o Estado dispõe de dispositivos que lhes dão garantias de acesso a programas de intervenção e de reconversão dos saberes, das informações e das experiências que tornem possível o seu exercício activo permanente (Pattaroni, 2007). É exactamente sob aquele prisma político e moral, e no quadro de declínio

do Estado Providência, que o Estado nacional, sob a mira das orientações proactivas produzidas pelas instituições europeias, se apresenta, hoje, constitutivamente formado por três estratos, com relativa autonomia entre si, que se materializa no modo como em cada um deles são emanados os dispositivos políticos, jurídicos e normativos que servem de suporte ao exercício da acção pública sob direcção e administração das elites que legislam, vigiam e controlam a sua execução e executam nos actos de governação do País.

Perseguindo o propósito de o Estado não manietar a autonomia e a criatividade dos indivíduos, como resposta às críticas endereçadas a uma actuação excessivamente intromissora deste na vida pública, e, por vezes na vida privada, dos cidadãos, o seu formato aparece hoje apoiado numa composição pericial tripla, com funções, programas e planos de acção pública específicos, salvaguardando-se, contudo, a defesa dos princípios atrás referidos. Assim, ao *Estado liberal* como garante das liberdades cívicas e de opinião crítica, aparece o *Estado social* que tem a obrigação de garantir a todos o acesso aos bens considerados públicos, para finalmente emergir o *Estado em rede* que confere a garantia do direito à autonomia dos cidadãos subscrito na proactividade dos seus programas que visam, na verdade, animar, activar e incentivar a reflexão dos sujeitos a partir das suas competências e capacidades existentes, restabelecidas ou reconstruídas de novo (Genard, 2007).

Armado por este protótipo, a acção pública exercida pelos profissionais especialistas mandatados e licenciados pelo Estado, é envolvida por esta compilação de propósitos referenciados nas orientações normativas e morais inscritas nas políticas públicas. Perante um cardápio de orientações normativas que estimulam o envolvimento participativo e activo de cada um, numa exploração incessante nos ambientes que o rodeiam, as interacções comprometidas de uns para com os outros nem sempre espelham uma estabilidade conveniente, porque as provas a que são sujeitos são complexas, e, por isso, nem sempre são capazes de cotejar as suas capacitações ajustadas aos desafios suscitados no decurso da monitorização das suas experiências reflectidas.

Quer aquela exploração no mundo se faça de modo isolado, quer se faça em coordenação de acções uns com os outros, a natureza bem sucedida desse envolvimento não está à partida sempre garantida. E é justamente em virtude da incerteza da garantia bem sucedida dos seus envoltimentos nos mundos, mas também do seu carácter ambivalente e indeterminado, que a acção política do Estado é requerida como suporte contínuo ou descontínuo, no sentido de ser possível restaurar a confiança perdida que impede o actor de segurar o poder sobre si próprio como emanação da sua acção autónoma (Pattaroni, 2007).

## Os investimentos de forma conjuntivos na Escola: entre a potenciação nas capacidades dos capacitantes e a procura de poderes sobre si nos vulneráveis

Em diversas obras têm sido referidos que a lenta implementação da «*forma escolar moderna*» nos países democráticos, um processo de longa duração e sujeito a diversas tensões, é criada com propósitos múltiplos, onde se inclui o projecto pedagógico de inculcar capacitações nos seres escolarizados, com distintos alcances, entre os quais se podem nomear a aquisição de dispositivos reflexivos obtidos pelos processos de socialização política que são investidos por duas vias complementares (Vincent, 1994), (Vincent et al, 1994), (Vincent, 2004), (Resende, 2010). Por um lado, pelo *trabalho cognitivo* requerido ao aluno através da aquisição e validação dos conhecimentos ali transmitidos, e, por outro lado pela via do *trabalho educativo* através da reparação das condutas, sob o desígnio do cumprimento de regras acordadas, sem esquecer a natureza habilitante que aquela adopção torna possível, a escola pode facultar-lhes a experiência de mais tarde utilizarem os saberes nas relações a estabelecer nos múltiplos cenários que compõem o espaço público. Mesmo o trabalho educativo, na escola, pode ter esse efeito, para além do seu fim dito oficialmente como primordial que é o de regular as condutas dos alunos.

Se o incremento dessas capacitações escolares parece não suscitar dúvidas, a qualidade e a quantidade da distribuição dos requisitos para a sua operacionalização bem sucedida no futuro, e nos diversos planos da vida pessoal, profissional e cívica, de um lado, e a sua conservação e actualização permanentes para fazer face às mudanças societárias ocorridas, mas sobretudo para fazer face aos novos desafios suscitadas por aquelas mutações, do outro lado, não deixam de ser questões que têm sido recorrentemente objecto de discussões acesas nas sociedades modernas (Bourdieu, Passeron, 1970), (Derouet, 1992), (Dubet, 2000, 2008), (Duru-Bellat, Mingat, 1999). É certo que as disputas públicas provocadas pela forma como a escola e a escolarização investem na formação dos alunos não põem em causa a centralidade desta instituição, nem tão pouco invalidam a importância daquele trabalho no esforço de capacitação dos seus frequentadores (Resende, 2010). O que aquelas polémicas trazem para o espaço público são entendimentos plurais sobre o modo como a acção pública dos professores, como especialistas mandatados pelo Estado, trabalha os preceitos normativos e morais que estão subjacentes aos princípios políticos explicitados no quadro da implementação da *igualdade de oportunidades escolares e da obrigatoriedade de concluir um tempo de escolarização* assumido como vital antes do confronto com os mundos que lhes são exteriores e desconhecidos (Dubet, Martuccelli, 1996), (Dubet, 2002).



O que é um facto, objectivado pelo número dos alunos matriculados nos três ciclos, é que em nome das demandas dos preceitos republicanos em prol de uma escola mais democrática, uma escola para todos, o actual corpo docente já não se ocupa exclusivamente em trabalhar afincadamente a figura do *bom aluno* herdada de uma imagem construída sobre os frequentadores dos liceus nacionais dos anos 40 e 50 (Resende, 2003). Na verdade, nos três ciclos da escolaridade obrigatória o «*espírito*» da escola republicana aparece interconectado, em diversos planos, uns sobrepostos outros não, com uma escola que se *massificou* recentemente. Ora os propósitos de uma escolarização – a que se pratica numa *escola da República* – não se plasma por osmose na outra escolarização – a que se pratica na escola de massas (Dubet, 2008), (Resende, 2010).

De facto, nestas duas formas de experimentar a vida escolar, a do Estado Novo e a do Estado Democrático, e não obstante a não existência de uma perfeita homogeneidade social dos públicos escolares, quer no liceu, quer na escola técnica (industrial e comercial) desse tempo, as suas diferenças são inúmeras, pois para além de vivermos num País democrático (a formalização jurídica e constitucional da democracia faz toda a diferença face a um regime de autarcia política – a do Estado Novo), as morfologias escolares num caso e no outro espelham um contraste profundo. Para além do contraste social – hoje o acesso e sucesso escolar são mais notórios que outrora – a escola de hoje apresenta uma menor homogeneidade étnica e cultural que a escola do anterior regime político. Só estas duas profundas diferenças confrontam seriamente, quer as *políticas de acesso* à escola, quer as *políticas de habitabilidade* da escola, quer ainda as *políticas de dignidade e de dignificação escolares* dos seres e saberes. Se a estas duas diferenças juntarmos as discrepâncias normativas na organização escolar no seu vasto conjunto (dos modelos de administração escolar ao cardápio curricular e métodos de ensino), num caso e no outro, as mutações da estrutura demográfica numa época e na outra, e, finalmente, as alterações produzidas no corpo professoral, que abarcam as políticas de formação inicial, profissionalização e formação contínua, estamos, na verdade, perante uma instituição escolar completamente distinta da sua congénere anterior (Resende, 2003, 2010).

Uma das consequências provocadas por estas mudanças, em resultado da massificação escolar, é a de não existir um acordo extensivo e estável entre as esferas política, técnica e escolar, quer sobre o programa institucional da escola, quer sobre o conceito de igualdade de oportunidades escolares, em particular, quando aquelas oportunidades são deslocadas do acesso à escola ao sucesso escolar no âmbito dos itinerários oferecidos por esta instituição aos seus frequentadores

(Dubet, 2008). A reiterada discordância nestas matérias é o resultado de um processo em que se objectivam, quer da parte de alguns pais, quer da parte de alguns alunos, uma menor confiança na legitimidade escolar e nas promessas por esta produzida, sobretudo, sobre o futuro cada vez mais incerto e aberto. Ora o desgaste da legitimidade escolar, processo que é mais explícito, e mais expressivo, a partir dos anos 60 e 70 do século XX, tem uma incidência forte nas disputas que se originam em torno dos entendimentos construídos sobre os «bens escolares» (Resende, 2003, 2010).

As controvérsias dali resultantes confrontam directamente as questões da justiça escolar, interrogando-se, por essa via, a bondade da medida do mérito escolar, isto é, se o mérito é a medida justa e adequada, quer para aferir, quer para fazer equivaler os seres das gerações mais novas que frequentam a escola (Dubet, 2008), (Duru-Bellat, 1999), (Duru-Bellat, 2002). A inquirição sobre a justeza dessa medida de avaliação é feita, por muitos e diversos actores, justamente porque ela é ajuizada, em muitas ocasiões, sobretudo nos fóruns visíveis de debate público, como a única e exclusiva forma de se classificar os discentes com um sentido de justiça escolar perfeito.

A interrogação que constantemente é feita sobre a incompletude do processo de escolarização, baseada no facto de se continuar a verificar um número significativo de alunos que não completam a escolaridade obrigatória, e que por esse motivo, saem precocemente da escola, faz prova, em Portugal, do incumprimento das promessas da modernidade política e escolar. Se estas denúncias, produzidas por diversas fontes, de onde se destacam os estudos sociológicos sobre a conservação de elevadas taxas de reprovação e de abandono escolar (Sebastião, 2009), conduzem a uma afinação constante das políticas públicas para as reduzir, ou mesmo eliminar, os seus resultados, mas sobretudo os procedimentos utilizados para esse efeito não deixam de proporcionar a elevação de outras vozes críticas, que questionam a bondade dessas medidas, pois estão a pôr em causa a qualidade das aprendizagens.

Contudo, o que importa sublinhar agora, como aliás tem sido insistentemente feito em outras circunstâncias, é o facto de estas múltiplas denúncias assentarem na tese que a escola já não é concebida como instituição que deve ser extinta socialmente, mesmo quando os governos reduzem drasticamente o esforço financeiro no seu financiamento (Resende, 2010). E essa ideia mestra incide também sobre o seu formato, mesmo havendo quem pretenda afiná-la para melhorar o seu funcionamento e os processos de governança dos estabelecimentos de ensino. No entanto, estas intenções não desfazem as traves fundamentais em que assenta a

«*forma escolar moderna*», e onde esta se sustenta para a realização do seu trabalho, através da acção pública dos docentes.

Não havendo um cisma político que espelhe a dúvida sobre a continuidade da escola, e do seu trabalho, o mesmo já não se pode afirmar quando estão em causa os caminhos e as medidas destinadas ao melhoramento da administração de uma escolarização de massas. Mesmo as vozes mais críticas que apontam o declínio acentuado da qualidade das aprendizagens, e os seus efeitos futuros na sociedade portuguesa, não concebem publicamente um regresso, nem sequer revisitado simbolicamente, a uma escola pública baseado num elitismo puro e absoluto.

A ser ajustada esta hipótese em relação a um acordo, talvez mais tácito do que explícito, de que a formação escolar faz parte integrante hoje de uma *política de possibilidade* e já não de uma pura emergente e urgente *política da necessidade*, como é outrora (Cantelli, Genard, 2007), talvez não seja inoportuno interrogar, se no ambiente ideológico actual, marcadamente suportado pela tese do *reforço do poder sobre si* (ideia que é retirada da noção inglesa *empowerment*), a todos, não justifica, também, para o caso português, de a completar com a emergência de uma *política capacitante em diversas velocidades*. A ser confirmada o enquadramento do debate ideológico à volta de uma reorientação política justificada pelos princípios que enformam a *política da possibilidade e capacitante em diversas velocidades*, então justifica-se a dificuldade que os mais cépticos têm em defender a tese da necessidade com o propósito de mitigar a existência de uma escolarização de massas (uma espécie de escola de massas em miniatura).

Na verdade, o acto de mitigar essa existência obriga a uma política de remoção da escola de um sem número de alunos que dão prova que não estão em condições de obter a aprovação escolar no final do ano. Esse reconhecimento nota-se de imediato numa conversa com qualquer professora ou professor, de uma escola no Ensino Básico ou do Ensino Secundário, ou ouve-se e lê-se entre os comentadores políticos.

No entanto, esta averiguação resultante da experiência escolar imediata, quotidiana e habitual, mas reforçada, sobretudo, por intermédio da experiência reflexiva, orientada pelo trabalho classificatório dos seus alunos, não é todo suficiente para descartar os «vencidos» dos territórios escolares. Mesmo a polémica que acontece frequentemente por causa da tese da existência, hoje na escola, da tendência de um abaixamento do nivelamento escolar, quer no trabalho de transmissão dos saberes, quer no trabalho de correcção e de avaliação dos conhecimentos, não é razão tolerada para abandonar os *maus* alunos à sua sorte. O mesmo sucede relativamente aos discentes indisciplinados, e indiferentes relativamente à aquisição dos saberes transmitidos pelos docentes.

Não obstante a existência destes perfis de alunos, a instituição escolar, e os professores, não têm à sua mercê qualquer base de legitimação para abdicar da sua presença no estabelecimento de ensino. Não só as políticas e a acção pública no ensino requerem o oposto, isto é, exigem a sua conservação na escola, diversificando a oferta escolar, e arranjando outras oportunidades com o apoio de outros técnicos (como acontece nos estabelecimentos de ensino que são denominados *Territórios Educativos de Intervenção Prioritária*), como a razão *demográfica*, com a redução da taxa de fecundidade e de natalidade, acentua, no mesmo sentido, que a orientação do trabalho escolar tem a obrigação *moral* em adoptar, nas circunstâncias ajustadas, quer os métodos, quer os dispositivos adequados para restaurar as potencialidades que os alunos *vulneráveis* perdem ao longo dos seus trajectos sinuosos e, por vezes, intermitentes.

Neste sentido, o trabalho escolar não é orientado exclusivamente para os alunos que dão prova que são capacitantes, mas que também estão em condições, de autonomamente, continuarem a trabalhar na conservação e no reforço das suas competências e capacidades. Em cada estabelecimento de ensino aquele contingente de alunos não só habita e convive no mesmo espaço com outros colegas *vulneráveis*, como não estão imunes de, em qualquer altura, engrossarem aquele mesmo conjunto de seres tratados de forma mais particular, justamente porque não apresentam as ferramentas cognitivas, e não têm métodos de trabalho apropriados para recuperarem ou arranjam as capacidades possíveis, mesmo que consideradas mínimas, para enfrentarem os desafios da vida depois de terminada a escolarização obrigatória.

O alargamento realizado pela escola das possibilidades de aferir as competências e capacidades dos seus frequentadores é uma resposta dada pela acção pública dos docentes no sentido de ir ao encontro das denúncias e críticas da inexistência de uma «*escola para todos*» ou de uma «*escola inclusiva*». Neste sentido, há aqui dois movimentos em paralelo. De um lado, cai uma concepção restrita de avaliar os alunos baseado exclusivamente naquilo que o aluno objectivamente conhece, tendo em conta a quantidade e a qualidade dos conhecimentos transmitidos em cada disciplina. Do outro lado, estabelece-se o propósito em cada escola de se dar atenção acrescida à sua realidade concreta, e não só ao ideal que os docentes produzem sobre ela, mesmo tendo em conta a sua história como estabelecimento de ensino público.

Do lado do juízo avaliador o professor tem de contemplar diversas medidas para hierarquizar e ordenar os seus alunos durante o ano lectivo. A ampliação do seu juízo como examinador ajusta-se não só para ele se justificar, perante si

e perante os outros, como profissional de qualidade e pronto para responder aos múltiplos desafios que enfrenta, uma vez que está perante crianças, adolescentes e jovens que apresentam ordens de grandeza distintas entre si, como tem de investir, muitas vezes em serviço conjunto com outros peritos que trabalham consigo no estabelecimento de ensino, no sentido de todos os alunos, em particular os alunos escolarmente menos dotados, ensaiarem, desde cedo, a construção de um *projecto* de vida escolar, mas do qual é possível deixar lastro positivo para a sua vida fora da escola (Dionísio, 2011, 2007, 2006).

Presentemente fazer ver ao aluno que este tem de reflectir, se possível com alguma precocidade, sobre o que é para si a escola e o que dela pretende extrair em cada momento, mas sobretudo para o futuro, implica que este contemple outras dimensões que enriqueçam as competências e capacidades meramente cognitivas. Antes dos anos 80 do século passado, este investimento é invisível porque é fruto do trabalho solitário realizado pelo aluno e pela sua família (ou não realizado, mas praticamente adquirido, naturalizado), não sendo, por isso, uma exigência inscrita na agenda laboral destes profissionais, nomeadamente, os professores.

Os verbos ser, estar e fazer são as expressões verbais que mais se adequam ao formato de *projecto* anunciado, uma vez que permitem a partir deles enunciar capacidades e competências a desenvolver ao longo da escolaridade de modo a estabelecerem entre si conexões indispensáveis para a irem fazendo e refazendo o seu *projecto*, onde se conjugam dimensões objectivas e subjectivas. O trabalho de subjectivação requerido ao aluno, que é uma ferramenta para a construção do seu *projecto*, não é tarefa fácil para este o apresentar como pronto (sobretudo, as suas traves mestras), uma vez que o pedido é-lhe habitualmente feito no momento de transição da adolescência para a juventude, que é uma conjuntura vivida criticamente por cada um. Nesse período os adolescentes consomem-se numa busca incessante de si (com ritmos, intensidades, formatos e rituais distintos entre os géneros, e no interior de cada um), não atribuindo prioridade a outros aspectos, em particular, se estes não lhes convirem no momento em que ensaiam a descoberta de si (Breviglieri, 2007), (Vieira, Pappámikail, Resende, 2012).

### **As trajectórias dos doentes crónicos como momentos exemplares de vulnerabilidades diversas: o caso dos doentes seropositivos**

O carácter crónico das doenças é outro caso exemplar em relação à centralidade assumida pela vulnerabilidade na condição humana moderna. Se a passagem de estados de doença que conduzem a uma morte anunciada, e rápida,

para estados de doença crónica onde a morte é adiada para uma temporalidade contingente, não deixa de ser uma consequência benéfica directamente ligada aos processos de auto-controlo requeridos aos indivíduos na actual modernidade, por outro lado aquele processo só apresenta alguma eficácia se o associarmos à adopção consentida pelos indivíduos das gramáticas de responsabilidade (Genard, 1999), que se encontram espelhadas nas orientações normativas das acções públicas operadas pelos profissionais que actuam neste sector.

Contudo, a conexão estabelecida entre as gramáticas de responsabilidade difundidas pela acção pública e a sua adopção pelos indivíduos doentes, objectivada nos seus comportamentos activos de auto-controlo não deixa de tornar visível, na trajectória destes indivíduos os seus estados de vulnerabilidade. Aliás, em muitas das doenças crónicas o cumprimento integral da prescrição médica, quer na realização dos tratamentos aconselhados, quer na toma atempada e regular da medicação, acaba por produzir efeitos secundários que se tornam expressivos no próprio corpo do doente (Resende, Dias, 2010), (Cantelli, 2007).

Neste sentido, o trabalho de subjectivação produzido sobre os doentes crónicos, quer pela acção pública de profissionais treinados para o efeito – como acontece, por exemplo, com os médicos, os enfermeiros, os psicólogos e os profissionais de serviço social que trabalham nos hospitais –, quer pela acção pública desenvolvida por um número considerável de associações que se constituem para representar e apoiar estes seres, tem o propósito *pedagógico* que visa activar as potencialidades daqueles que se consideram incapazes de defrontarem o seu débil estado de saúde, e das suas incidências sobre si próprio e sobre as relações que estabelecem com os outros, em particular os que são reconhecidos pela sua proximidade, sem esquecer os que são desconhecidos porque não fazem parte da sua esfera de familiaridade. No entanto, o «*investimento de forma*» (Thévenot, 1986) a realizar naquela activação, visando a autonomia do indivíduo fragilizado, perante si e perante os outros, é um trabalho ainda mais complexo nomeadamente quando o estado de doença crónica desfere no corpo desconfigurações lentas ou rápidas (Resende, 2005, 2006), (Resende, Dias, 2010).

Estas têm a propriedade de o cotejar reflexivamente perante uma série de dúvidas, mas entre estas o doente não deixa de dar relevo à dúvida sobre o modo como este se vê a si próprio a partir da crença e do questionamento que constrói do modo como os outros o vão identificar a partir das mutações que o corpo vai apresentando. E o mais curioso é verificar que as deformações corporais são, muitas vezes, resultantes dos efeitos secundários dos tratamentos a que são sujeitos, e dos medicamentos que são obrigados a tomar como garantia para a redução da incerteza quanto à preservação da vida num futuro sempre em aberto e contingente.

Num estudo realizado entre 2005 e 2006 sobre doentes portadores de VIH/Sida, é possível descortinar os eixos de *reconhecimento* e de *injustiça* para se pensar sociologicamente na centralidade do estado de vulnerabilidade nestes doentes, concebida esta enfermidade crónica como uma das doenças que transfere para o próprio corpo do ser debilitado a visibilidade da *gramática* dos motivos que os levam a monitorizar as experiências quotidianas como dramáticas quando se confrontam consigo através do olhar dos outros. E o questionamento dramático sobre si próprio é revelado pelo modo como este é levado a interrogar-se, quer sobre o seu lugar nos modos como se envolve junto do círculo dos familiares e amigos, quer sobre o seu lugar nos modos como se envolve como ser racional dotado de planos sobre o futuro, quer ainda sobre o seu lugar nos modos como se envolve nas diferentes esferas de grandeza de que se compõe o seu ser, tanto como ser que pertence a uma humanidade comum, tanto como ser que faz parte integrante, e de pleno direito jurídico, dos múltiplos estados sociais construídos pela acção pública, incluindo, todo o trabalho de representação categorial (Boltanski, Thévenot, 1991), (Thévenot, 2006, 2007).

A ampla interrogação sobre si próprio face aos outros que contam é ainda mais incisiva neste caso porque a doença tem sido conotada, desde o início, com colectivos particulares e devidamente codificados, para posteriormente tal articulação ser deslocada para os denominados comportamentos de risco. Ora estes processos de identificação dos elos causais da doença e da sua disseminação, dos mais restritos e discriminantes, aos mais extensivos e tendencialmente mais naturalizáveis, não deixam de implicar um trabalho de acção pública orientado pelas gramáticas de responsabilidade com o intuito de estas serem um suporte adequado para o incremento de condutas de auto-controlo, quer nos indivíduos infectados, quer nos outros, a generalidade dos indivíduos, que não estão imunes desse contágio.

Aliás as campanhas de informação sobre a doença e a transmissão do vírus sustentam a importância da sua recorrência temporal ao público em geral, justamente porque elas são instrumentos de reforço da moral e da normatividade que dão expressão e significação simbólica à força das gramáticas da responsabilidade associadas à acção pública e ao desejo de estas insistirem sobre a necessidade de todos adoptarem comportamentos com ausência do risco. Excluir o risco dos comportamentos é mobilizar os actores para se defenderem dele, e assim ganharem a confiança do outro (Cantelli, 2007).

O mesmo acontece relativamente a centralidade assumida pela designação «fazer sexo seguro». Tal garantia é dada com o uso do preservativo em todas as

ocasiões em que dois seres e dois corpos se encontram para usufruírem das relações sexuais sejam quais forem os sentidos que atribuam ao acto sexual.

A confiança imediata, sem a prova dada pelo diagnóstico de que uma das pessoas não esteja contaminada, não é suficiente para haver certeza de que a transmissão do vírus não sobrevenha de um corpo ao outro. Neste sentido, o princípio da precaução alia-se directamente ao princípio da responsabilidade.

Na verdade, estas campanhas de prevenção são ao mesmo tempo sinais de alerta a todos, que indica com clareza, e por vezes com dramatização, que ninguém escapa à possibilidade de ser capacitante e vulnerável ao longo da sua trajectória de vida. A esbatida e desnuda fronteira entre um estado e o outro é marcada pela transitoriedade fluida e ambivalente entre comportamentos denotados como responsáveis ou como irresponsáveis. E se num primeiro momento, as campanhas de prevenção avocam perplexidades acoplados a sentidos de urgência para suster o avanço da doença, em que as autoridades se mostram surpreendidas pela rapidez com esta se difunde, hoje em dia a dramatização objectivada na ausência de fotografias que apresentam corpos de doentes completamente consumidos pelo vírus é substituída por outras mensagens menos subliminares, por exemplo, em relação a espectro dos actos sexuais ou dos actos de toxicod dependência, pois estes podem ser realizados por todos, entre pessoas encaixadas em múltiplas categorias conhecidas e reconhecidas, quer oficialmente, quer entre os cidadãos. Por outro lado, e porque o vírus continua ser transmitido, por vezes com variações resultantes da sua transmutação, continuamos a verificar que se mantêm as equipas de monitorização e de coordenação das acções públicas, neste domínio, sobretudo naquilo que toca às campanhas, não deixando também de dar atenção ao lado estatístico que mede a evolução das pessoas contaminadas (Dodier, 2003).

A acentuação dos dispositivos da responsabilidade, em que convencionam determinados preceitos pedagógicos e que são impulsionados pelos organismos oficiais, mas também pelas associações que representam e defendem estes doentes, não escapa a ser objecto de reflexão sociológica, agora sob o peso do questionamento que pode ser feitos aos *actos de reconhecimento* das pessoas vulneráveis. Na verdade, tem-se vindo a assistir, sobretudo do lado dos movimentos políticos e das associações que reclamam por direitos de reconhecimento, no quadro dos apelos a uma efectiva autonomia e emancipação, à proliferação de um sem número de exigências que apelam à mudanças normativas das acções públicas (Honneth, 2011), (Ricoeur, 2006), (Lazzeri, Caillé, 2004).

Já não se satisfazem por actuações públicas baseadas nos eixos actantes centrados na garantia do apoio aos grupos e às pessoas com comportamentos que



pisam o risco, mas apelam que o princípio da responsabilidade se encaixe também nas demandas pelo reconhecimento dos direitos sociais das pessoas vulneráveis porque portadoras da doença. Contudo, este questionamento em que se associa a responsabilidade ao reconhecimento não se confina às acções públicas dos organismos oficiais.

As denúncias de discriminação e de humilhação de que são alvo estes doentes fazem prova não só daquela mudança, mas também do alargamento do referido questionamento. Estes confrontos passam-se em diversos círculos povoados por diferentes figuras do *Outro*: pelos outros que são próximos da pessoa vulnerável, pelo outro generalizado e desconhecido, e ainda, como atrás é mencionado, pelo outro sob mandato de uma instituição estatal, que é convocado para trabalhar com o ser vulnerável (Pattaroni, 2007).

E é com este enquadramento que é possível indagar qual o lugar do reconhecimento no âmbito do debate público sobre a demanda de direitos a este nível e que abarca o reconhecimento individual e colectivo. De facto, muitas das denúncias põe a nu a leitura que outro discriminado produz sobre si próprio quando não lhe é reconhecido, por exemplo, um direito a que todos têm o direito a usufruir pelo facto de preencherem todos os requisitos exigidos pela lei ou pela regra, mas que no caso dele o impedimento de o alcançar aparece conotado com o seu estado de saúde, pois este não dá garantias suficientes que consiga cumprir aquilo que ficar acordado.

O não reconhecimento do direito de poder manter o seu posto de trabalho da parte patronal pelo único facto que é portador da doença; o não reconhecimento da sua autonomia e singularidade, traduzidas no impedimento deliberado por uma entidade bancária ou por uma entidade seguradora de que a pessoa seropositiva não pode assinar um contrato; o não reconhecimento da parte de um hospital que ao doente seropositivo deve ser-lhe dado o mesmo modo de tratamento; são exemplos, entre outros, que demonstram a menorização do eu e a imputação de que o seu ser não tem condições em ser responsável, e que por isso, a responsabilização é-lhe conferida pela figura da tutela (Resende, Dias, 2010). Ora um ser que passa a ser tutelado por um outro, mesmo que esse outro seja de confiança, é a tradução de um acto de humilhação uma vez que a esse sujeito não lhe é garantido o direito a ser indivíduo, mas a estar sujeito a uma total dependência em relação a uma outra pessoa.

Estes exemplos exploram as disputas que se desenrolam hoje por causa de juízos inadequados nas relações entre seres capacitantes e seres vulneráveis. Estas discussões, em muitas ocasiões podendo ser transformadas em escândalos que

dão origem a movimentos políticos, tanto ocorrem em arenas públicas como se desenrolam em espaços de familiaridade. E neste sentido, o questionamento sobre a ausência de reconhecimento individual e colectivo, pensada de acordo com a trilogia avançada por Axel Honneth (2011) – o plano do amor no âmbito da confiança que cada um deposita em si, o âmbito das garantias de respeito conferidas pela esfera política e jurídica, e ainda no plano da estima social cotejada pelo outro – não isenta a possibilidade de articulação, quer com os regimes de envolvimento familiar e de plano, concebido por Thévenot (2006), quer com os regimes de envolvimento em diferentes economias de grandeza criados por Boltanski e Thévenot (1991).

Contudo, o questionamento do lugar do reconhecimento na equação entre o ser vulnerável e o ser capacitante pode ser seguido por caminhos próximos daqueles, mas que os complementam trazendo outras questões para a análise. E estes percursos são objectos de tradução e de tangibilidade nas relações recíprocas entre os doentes seropositivos e os outros seres capacitantes, tendo, contudo, em consideração os contextos em que estas interações actuam numa reciprocidade, nem sempre simétrica, como aliás já tem sido demonstrado nos exemplos mostrados anteriormente. E os confrontos que ali se desenrolam, suscitam invariavelmente um questionamento insondável, quer pela sua profundidade, quer pela dificuldade exercida, por vezes, pelo seu carácter impenetrável, quando está em *jogo* a relação entre o ser vulnerável por causa de doença com características que deixam marca no corpo e o outro que é concebido como capacitante.

De facto, captar a vulnerabilidade de um ser, e independentemente da fonte que a origina, não é fácil, sobretudo se tal captação resultar do uso exclusivo de habituais instrumentos de observação sociológica, tais como o questionário e a entrevista. Nestes casos, a observação etnográfica ganha relevo, não obstante as dificuldades na sua activação, uma vez que estamos perante populações doentes e vulneráveis. Um trabalho prévio para alicerçar a confiança mútua é fundamental, mas no decurso desta operação de aproximação, a metodologia do ensaio e erro, não é, de todo, dispensada.

Na verdade, as experiências destes doentes são sempre marcadas pela dor e pelo sofrimento, em particular quando são conduzidas a recordar situações ligadas à génese da contaminação. Habitualmente a contaminação não é previsível naquela ocorrência, uma vez que inscrevem este acontecimento na existência de múltiplos laços de confiança que depositam, no momento da infecção, tanto no suporte técnico, como no caso da hemofilia, mas também uma confiança nas ligações estabelecidas com parceiro/a da relação sexual, no caso do contágio via sexualidade desprotegida, sem esquecer a relação de troca da seringa, no caso da toxicodependência (Resende et al, 2006).

Mas, por outro lado, o facto de o princípio da precaução não ter sido accionado no modo como se envolvem com o outro infectado, faz nascer no seu questionamento a convicção da culpa pela adopção de uma conduta irresponsável – por exemplo, por ter feito sexo desprotegido, sem o uso do preservativo, ou por não se ter precavido com a utilização de uma seringa contaminada. Este sentimento de culpa, é por sua vez seguido da convicção da existência de baixa auto-estima em virtude da falta de respeito de si próprio.

A passagem da singularidade do indivíduo identificado como ser saudável para um sujeito portador de uma doença crónica – e oficialmente designado como seropositivo – é um processo que implica operações de (des) singularização sem as quais o ser vulnerável não consegue reclamar do Estado direitos de protecção e de apoio, através das acções públicas destinadas para o efeito, e postas ao serviço de um determinado colectivo reconhecido como padecendo de uma doença crónica (Boltanski, 1993). Esta deslocação proporcionada por estas operações de classificação e de categorização acordadas pelos serviços sanitários é uma transacção indispensável para a produção institucional das relações de troca visando, num primeiro momento, o reconhecimento de um fenómeno de saúde pública não habitual, antes não recorrente e não frequente do ponto de vista modal. A originalidade da génese da doença que no início é conhecido, por um lado como fenómeno que aparece numa «comunidade humana» específica – os colectivos de homossexuais espalhados pelos grandes centros urbanos –, e, por outro lado, os seus modos concretos de contágio através da disseminação do vírus por intermédio do sémen e do sangue, quer pela via sexual, quer pelo corte ou ferida em contacto com estes fluidos contaminados, contribui para espalhar o medo entre os cidadãos que são confrontados, pelos media, com notícias como a doença se espalha (Dodier, 2003).

O estranhamento provocado pelo padrão como a doença se dissemina na cidade, a identificação dos locais propícios para a contaminação – locais onde as relações sexuais se fazem com total autonomia, sem controlo e sem regulação, objectivado habitualmente com adjectivações tais como “*protagonistas de sexo conspirado*”, “*promiscuo e depravado*” – são factos que levam a uma certa dramatização e ao desejo, no início da história desta doença, de enclausuramento dos seres masculinos contaminados. Tendo em conta este quadro, e sobretudo, a conexão entre as teses iniciais de como se efectua o contágio e o sentimento de culpa e de irresponsabilidade que é produzido por quem está infectado, faz com que a experiência reflexiva dos doentes seja vivida com dor e de sofrimento sem ser declarada, por omissão, isto é, uma experiência onde existe um real confronto entre a decisão de anunciar ou não aos outros de que é portador desta enfermidade.

Há, por isso, no plano da subjectivação o reconhecimento das dificuldades em se expor perante os outros. A apresentação de si é neste âmbito dissimulada, pois não há a garantia prévia que o anúncio do seu estado real seja não só compreendido por cada uma das figuras do *outro* com se defronta no seu quotidiano, mas também que a compreensão seja traduzida permanentemente por um respeito de tratamento com dignidade. Ora o tratamento da pessoa vulnerável com respeito e com dignidade pressupõe, entre outros elementos, a não recorrência a uma linguagem de (in) capacidade devido à irresponsabilidade de actos cometidos.

A moralização frequente dada à atribuição e conexão entre a irresponsabilidade e a culpa não leva a uma contenção do próximo, dando azo à produção de experiências insuportáveis da parte dos vulneráveis uma vez que expressam a sujeição face a este outro, sentindo-se por eles colonizados. Da experiência da colonização ao domínio tirânico é um passo, e nestes casos, é posta em causa a sua singularidade e individualidade, traduzida muitas vezes com a ausência do uso da voz para salvaguardar a sua autonomia (Pattaroni, 2007).

E é no seguimento deste raciocínio que é também possível enquadrar a questão do reconhecimento num eixo de trocas entre o *doador da dádiva*, o seu *receptor* e os *processos de retribuição da graça recebida* (Mauss, 1988), (Karsenti, 1994), (Caillé, 2007). Pois é devido a múltiplas experiências emocionais de carácter insuportável, face à humilhação e discriminação a que são sujeitos, que os seres vulneráveis ou conseguem apoiar-se em dispositivos que os levam a assegurar ou a restaurar a sua individualidade, ou então mantêm-se como sujeitos, presos a objectos de sujeição distintos, que os conduzem à conservação de situações e momentos onde imperam acções humilhantes e discriminantes.

No primeiro caso, e sobretudo quando está em causa a restauração ou a reactivação das suas potencialidades enquanto indivíduo possuidor de capacidades, os doentes seropositivos ou recorrem às acções públicas movidas por especialistas que estão mandatados pelo Estado para desenvolver estes serviços de apoio, ou então socorrem-se das acções públicas estabelecidas pelas associações que trabalham em sua defesa, dando voz às suas reclamações e denúncias. No segundo caso, ou a dominação subsiste, podendo apresentar traços tirânicos de maus tratos no domínio do trabalho de subjectivação a realizar pelos seres vulneráveis, ou então as trocas assumem a natureza de uma espécie de patrocínio, em que o doador carrega em si a figura do patrocínio e o recebedor transporta a figura daquele que tem o imperativo moral de retribuir o patrocínio conferido pelo próximo, com favores e outras eventuais obrigações.

Numa época marcada pelos efeitos das transformações tecnológicas como resultantes da actividade da Ciência, na esfera da saúde objectivada pela taxa de sobrevivência e de prolongamento da vida, os seres humanos classificados como doentes crónicos experienciam várias transitoriedades nos múltiplos cenários que compõem a sua vida quotidiana. Tal como acontece com a população envelhecida, aos doentes crónicos é-lhes solicitado que procurem referências e dispositivos de apoio para que a vida seja continuada com padrões de qualidade.

Numa altura de encurtamento drástico das acções públicas que visam a atenção ao outro, em virtude do declínio dos contributos financeiros destinados, no Estado Providência, aos planos de protecção social dos seres mais frágeis e vulneráveis, que tocam a todos, mesmo aos cidadãos menos favorecidos, as orientações públicas difundidas no domínio das políticas sociais vão no sentido de propor a todos os cidadãos que procurem, quer nas seguradoras privadas, quer nas seguradoras mutualistas, quer ainda nas diversas organizações constituídas na sociedade civil que se propõem praticar modos de ser solidário para com os outros, as vias mais ajustadas aos seus planos de vida no futuro, isto é, no período da reforma, ou antes se alguma doença grave os atinge por completo. Em última análise, e se todas aquelas possibilidades falha, restam a família e os amigos, onde o benefício surtido pelas acções personalizadas, pode também trazer as experiências indesejadas de uma colonização pelo próximo.

As contribuições financeiras ao Estado feitas pelo comum dos cidadãos através do pagamento dos seus impostos e de outras contribuições já não são suficientes para garantir a todos de modo generalizado e a 100% a promessa do apoio e das garantias prometidas no início das suas trajectórias na esfera do trabalho. Cada vez mais o Estado atribui a cada um, e de acordo com as suas possibilidades, a responsabilidade de definir e de encontrar o melhor plano de segurança futura, inscrito no seu projecto de vida. E como as circunstâncias já não são suportadas por convenções perenes que cooperam para a sustentabilidade permanente de planos de segurança estabelecidos por cada um, e projectada para um futuro que pode ser longo, compete ao indivíduo regular cada vez mais a sua vida, em todos os domínios, nomeadamente neste, porque esta modernidade, não obstante os seus recursos e as potencialidades acumuladas e criadas, já não consegue que Estado seja a única instituição e via ou instrumento na distribuição equitativa dos bens públicos, neste caso do bem de uma segurança garantida (Bauman, 2007).

### Entrámos numa época de transitoriedades como modo de vida?

A interrogação destinada a verificar se faz algum sentido sociológico colocar ao centro da nossa reflexão o questionamento sobre a vulnerabilidade humana, é defendida para ir ao encontro de um dos lados de uma equação entre figuras importantes que povoam os territórios humanos. De facto, e não obstante os novos sinais morais e políticos transpostos para a acção pública, à volta da tese da *necessidade* de as instituições estatais concentrarem os seus esforços no sentido de trabalharem para capacitarem os actores, por todas as vias, utilizando a diversidade de métodos cognoscíveis, e socialmente reconhecíveis, os factos retirados dos resultados deste trabalho, têm-nos dado, contudo outras indicações complementares a esta.

Mesmo armados da convicção que a persistência é uma virtude uma vez que o que pretendem com este «*investimento de forma*» (Thévenot, 1986) é justamente dotar os indivíduos de recursos para estes se autonomizarem de diversas cadeias de dependência, e serem capazes de se governarem e de se controlarem por si, os especialistas da acção pública têm-se confrontado, nas suas experiências reflexivas, com inúmeros obstáculos no que toca à apropriação por todos dos recursos de emancipação individual, e, por isso, dão-se conta de uma relativa ineficácia do seu trabalho (Dubet, 2002). Ora o ajuizamento produzido sobre a insuficiência do seu trabalho técnico é razão mais do que suficiente para os profissionais de serviço público verificarem que o enquadramento desenhado pelas acções públicas, para o seu desempenho junto de indivíduos «problemáticos», não se ajusta a certas subpopulações que são membros dos colectivos com quem trabalham diariamente.

Então o que fazer com estes indivíduos *difíceis*? Abandonam-nos à sua sorte? Ora o ambiente político na modernidade liberal alargada ou tardia já não tolera o princípio do abandono, mesmo se esta prática continua subsistir socialmente, ou a ser arremessada nas entrelinhas (Latour, 2006). Aliás, a permanência destas práticas, quer em relação aos humanos, quer em relação aos não humanos, são com alguma frequência objecto de denúncias, de reclamações e mesmo de disputas públicas (Boltanski et al, 2007). E esses arrojados críticos não deixam de ser feitos publicamente mesmo quando estas práticas não sendo defendidas convictamente, são justificadas, por vezes, em circunstâncias particulares.

No entanto, o reconhecimento da conservação destes quadros na sociedade moderna não é suficiente para a sua eliminação, ou mesmo para a sua redução drástica, porque mesmo as metodologias mais personalizadas postas em acção pelos profissionais do Estado não são, à partida, garantia de sucesso. Por outro

lado, o Estado e os profissionais estão impedidos de autorizar a aplicação de métodos que ponham em causa a liberdade individual. Tudo tem de ser feito para obter o consentimento de quem seja sinalizado com estando a passar por situações de vulnerabilidade que os tornam potenciais incapazes, ou já estão a experienciar essa falta de capacitação em termos de auto-controlo, sem esquecer a ausência de capacitação em exercer o controlo sobre as coisas do mundo.

O problema é ainda mais complicado porque são várias as situações assinaladas como passíveis de desencadear essa vulnerabilidade. Os estudos científicos – da Psicologia à Economia, da Psiquiatria ao Direito, sem omitir as incursões de outras Ciências Sociais – sobre os comportamentos e atitudes humanas contribuem decisivamente para esse alargamento. Ora a excessiva elasticidade semântica do conceito tem incidências sobre o mesmo.

De facto, e apesar de a haver a tendência em circunscrever a vulnerabilidade à pobreza e às desigualdades sociais, as sinalizações feitas por estudos técnicos e científicos sobre este tema concluem que a sua incidência no humano ultrapassa em muito as fronteiras de classe onde se incluem os indivíduos mais pobres e mais desfavorecidos. A criação de associações de diversa índole, e com corpos doutrinários diferentes, e, por vezes, divergentes, que visam a mobilização voluntária de quem se mostra disposto a voluntariar-se, faz prova da diversidade que atravessa os mundos sociais da vulnerabilidade humana. Muitos destes colectivos estão ao serviço de indivíduos que estão dotados de diferentes atributos sociais: uns são vulneráveis socialmente desfavorecidos, pobres e envolvidos em outras conexões invisíveis; outros exibem atributos sociais distintos dos daqueles.

Isto é, a vulnerabilidade como expressão prática da incapacitação humana na promoção garantida da autonomia e da singularidade, que visa a emancipação do indivíduo dos constrangimentos de diversa natureza, tais como, a tutela, o patrocínio, o paternalismo ou a dominação, não se confina exclusivamente aos contextos onde vivem as pessoas mais desprotegidas socialmente, sobretudo do ponto de vista económico. Para dar conta desta diversidade, mas sobretudo para dar conta da potencialidade heurística da figura do vulnerável, é fundamental a sua contextualização a ser feita a partir da genealogia do fenómeno, sem deixar de considerar as distinções que são possíveis encontrar nas múltiplas experiências significativas de vulnerabilidade monitorizadas pelos indivíduos que as vivem no seu quotidiano.

Assim, a exploração sociológica deste objecto não se confina às figuras humanas delineadas neste texto. E mesmo considerando-as como figuras importantes para esta análise, as experiências de vulnerabilidade monitorizadas,

quer pelos alunos, quer pelos doentes seropositivos, identificados como incapazes, podem apresentar sentidos diversos, o mesmo acontecendo com as razões da sua presença e da sua manifestação prática no quotidiano.

Contudo, os modos como estes lidam com o problema tendo em conta os propósitos morais e políticos emanados pelas acções públicas trabalhadas pelos serviços educacionais, de serviço social e de saúde, aos quais se acrescentam as incidências do mesmo problema observado na maneira como nos seus regimes de envolvimento de acção estes trabalham com os técnicos que os assistem no quotidiano, é possível observar da parte destes, mas também da parte de outras figuras com quem agem, sinais não convergentes de reconhecimento. Isto significa que nos efeitos decorrentes do modo como são tratados ou olhados pelos *outros capacitantes* as figuras vulneráveis reconheçam ou sejam levadas a reconhecer pelo trabalho de outros intérpretes, a existência de manifestações práticas comuns de ausência de respeito, de desconsideração humana, ou mesmo de desprezo.

Este outro lado comum, que é experienciado em grande medida pelo lastro habitual da *figura do vulnerável moderno*, levanta outras questões interessantes. Estas permitem que na sua análise seja viável a articulação entre as perspectivas sociológicas baseadas na demanda de reconhecimento reclamada por distintos públicos (Honneth, 2011) e os regimes de envolvimento de acção (Boltanski, Thévenot, 1991), (Thévenot, 2006) que potenciam as denúncias e as queixas efectuadas, mas também as possibilidades que o trabalho de denúncia participante proporciona ao acto de facultar os dispositivos, mecanismos e modalidades para agir em causas públicas comuns (Boltanski et al, 2007).

Neste último caso, mais notório quando está em causa a figura do *justo moderno* que requer, para a sua sustentação, um trabalho de «*investimento de forma*» (Thévenot, 1986) mais complexo e longo, as exigências políticas são de outra natureza. Assim, o trabalho que conduza as justificações em que se baseiam as reclamações de uma determinada causa a uma elevação na generalidade, que permita refundar sistemas de equivalência em declínio, ou criar outros, solicita aos seres envolvidos que as denúncias feitas, quer às autoridades políticas, quer aos mandatários da regulação jurídica, quer ainda aos difusores da petição (jornalistas, comentadores, militantes, etc.), apresentem um formato discursivo e argumentativo totalmente despido de particularidades, sem o qual este, dificilmente, é levado a sério pela generalidade dos outros, e dificilmente ganha a adesão da totalidade dos visados.

Em termos dos regimes de envolvimento de acção em plano ou de familiaridade (Thévenot, 2006), as solicitações de reconhecimento assente no ideal da restauração



da *capabilidade não reconhecida* (Ricoeur, 2006), fazem apelo a outras explorações e a outras transitoriedades (Breviglieri, 2007 a) b). Na verdade, o requerimento feito ao próximo ou reclamado pelo indivíduo à jurisdição implantada num dado contexto (regulamentações e regras estabelecidas pelas instituições e organizações que não ponham em causa a ordenação jurídica geral), solicita outras formas de envolvimento e outro tipo de vinculações, trazendo também um outro tipo de problemas relativos aos efeitos exercidos por este trabalho. Não atendendo aos procedimentos adequados, os actores que fazem este trabalho correm o risco de contribuírem para a colonização do próximo, experimentada por comportamentos tutelares ou de outra natureza mais forte, como atrás são referidos (Breviglieri, 2007 c)).

De qualquer modo, não é despendendo pensar que tanto as reclamações por mais justiça, por melhor tratamento pessoal, como ainda protestos com vista a pedir outras possibilidades de realização de planos ou de projectos por si construídos, são modos e lógicas de acção que não seguem linhas determinadas, garantidas, seguras, sequenciais e com carácter de exclusividade. O que se verifica habitualmente na demanda das reivindicações são traçados de acções em múltiplas composições, e é através delas que os actores transitam, objectivando, quer estados distintos de vulnerabilidade, quer estados de fragilidade e de capacitação, quer ainda assumindo estados de quem reclama e estados de quem se solidariza com indivíduos vulneráveis.

As conexões agora delineadas pressupõem diversos desenhos nos modos de agir desta figura, que em outras situações se transmuta em outras completamente diversas da anterior. A sobreposição e a intersecção destas figuras enriquecem, e complexificam, as redes de interacção, e as dinâmicas configuracionais alimentadas por geografias e em cartografias variáveis.

Se por um lado, as transitoriedades retratam com pujança, e, por vezes com exuberância, as experiências imediatas e cognitivas dos actores modernos (Mead, 2006), (Quéré, 2004), por outro lado, a sua concepção, em particular, naquilo que diz respeito à transmutação de estados, este processo ao se aliar aos modos de classificação e categorização vulgar (Boltanski, Thévenot, 1983), erudito ou oficial, não deixa de tocar as fronteiras de outros problemas transportados para as experiências modernas, tais como a incerteza, a indeterminação (Bauman, 2007), ou ainda os actos de arriscar e de explorar mundos estranhos com outras regulações e ordenações.

É certo que as transitoriedades implicam também mobilidades diversas. E com este sentido, a transitoriedade como mudança de estado, seja qual for o seu formato, também interfere nessas outras mobilidades.

Não menorizando o interesse sociológico no conceito de transitoriedade atrás definido, um outro entendimento sobre o mesmo conceito pode ser arranjado, e que complementa o sentido atribuído ao primeiro. Neste caso, a transitoriedade de um estado ao outro – neste caso do estado de capacitante ao estado vulnerável, ou vice-versa – pode ser encarado como um processo de transacções ou de trocas diversas entre uns seres e outros seres, mas igualmente entre conexões de seres, com objectos e não humanos.

A tangibilidade das trocas entre estes seres apresenta configurações distintas, e podem ser mediadas por objectos, mas também por significações simbólicas. Em ambos os casos, estas transições objectivadas no decurso de trocas entre uns e outros são mediadas pelo *ideal de promessa* que elas incitam e que são constitutivas dos laços, vinculativos ou não, a criar entre o ser vulnerável e o ser capacitante (Ricoeur, 2006).

E o prometimento que a promessa pressupõe, não obstante a diferenciação dos sentidos em jogo, que depende de quem as faz, obriga a considerar na análise, quer o cruzamento de temporalidades múltiplas entre o passado, o presente e o futuro, quer as finalidades resultantes dos modos de agir que se inscrevem nestas trocas. Ora na primeira dimensão como na segunda, os sentidos em jogo, tanto no plano ideal simbolizado, como no plano material e objectivado nos dispositivos e nos instrumentos disponibilizados, nem sempre são convergentes e coerentes.

E o que é interessante sublinhar é que a promessa que está inscrita no trabalho de «*investimento de forma*» (Thévenot, 1986) realizado por um especialista no decurso de uma dada acção pública, pode eventualmente subverter o sentido oficial desta acção mandatada por quem de direito. Assim, a orientação da acção de habilitação capacitante que está habitualmente ancorada num ideal instrumental, é muitas vezes subsumida, e substituída, por um ideal de solidariedade não instrumental. Deste modo o investimento centrado em uma atribuição de recursos que visa o fortalecimento da eficácia e da eficiência das acções dos seres vulneráveis, pode ser completamente descaracterizada, ou mesmo desmantelada, quando o trabalho propende no sentido de investir em lógicas que não são baseadas num fim último que é o interesse (Caillé, 2007).

É também no âmbito das trocas solidárias entre os doadores e os receptores deste bem – a *capabilidade* aqui entendida como capacidade habilitante –, que o olhar sociológico tem de dar uma atenção acrescida. E estas lógicas de transacção estando mais presentes nas orientações emanadas pelas acções públicas das associações criadas pela sociedade civil, também não estão ausentes das lógicas das acções realizadas no âmbito das intervenções dos especialistas que estão mandatados pelo Estado. Esta é uma outra entrada na análise das vulnerabilidades modernas.

### Bibliografia:

- BAUMAN, Z., (2007), – *Modernidade e Ambivalência*, Lisboa, Relógio d'Água.
- BOLTANSKI, L. (1993) – *La souffrance à distance. Morale humanitaire, médias et politique*, Paris, Éditions Métailié.
- BOLTANSKI, L., THÉVENOT, L., (1983) – «Finding one's way in social space : a study based on games», *Social Science information*, Vol. 22, nº 4-5, p.631-679.
- BOLTANSKI, L., THÉVENOT, L. (1991, 1ª edição de 1987) – *De la justification. Les économies de la grandeur*, Paris, Éditions Gallimard.
- BOLTANSKI, L., CHIAPPELLO, È. (1999) – *Le nouvel esprit du capitalisme*, Paris, Gallimard.
- BOLTANSKI, L., CLAVERIE, E., OFFENSTADT, N., VAN DAMME, S., (2007) – *Affaires, scandales et grandes causes. De Socrates à Pinochet*, Paris, Éditions Stock.
- BOURDIEU, P., PASSERON, J.C. (1970) – *La reproduction. Eléments pour une théorie du système d'enseignement*, Paris, Éditions de Minuit.
- BREVIGLIERI, M. ((2007/1 a)) – «L'arc expérientiel de l'adolescence: esquive, combine, embrouille, carapace et étincelle...», *Éducation et Sociétés*, nº19, vol1, p.99-113.
- BREVIGLIERI, M. (2007 b)) – «Ouvrir le monde en personne. Une anthropologie des adolescences», in Breviglieri, M., Cicchelli, V., *Adolescences méditerranéennes. L'espace public à petits pas*, Paris, L'Harmattan, p. 19-59.
- BREVIGLIERI, M. (2007 c)) – «L'insupportable. L'excès de proximité, l'atteinte à l'autonomie et le sentiment de violation du privé» in Breviglieri, M., Lafaye, C., Trom, D., *Sens de la justice, sens critique*, Paris, Economica, p.125-149.
- CAILLÉ, A., (2007) – «Reconnaissance et Sociologie», in Caillé, A. (sous la direction), *La quête de reconnaissance, nouveau phénomène social total*, Paris, éditions la Découverte, p.185-208.
- CANTELLI, F., (2007) – «Les petits gestes de l'action publique. Autour d'une micropolitique de confiance», in CANTELLI, F., GENARD, J-L (coordonné par), *Action publique et subjectivité*, Paris, Maisons des Sciences de l'Homme, p. 181-2002.
- CANTELLI, F., GENARD, J-L., (2007) – «Jalons pour une sociologie politique de la subjectivité» in CANTELLI, F., GENARD, J-L (coordonné par), *Action publique et subjectivité*, Paris, Maisons des Sciences de l'Homme, p.13-40.
- DEROUET, J-L. (1992) – *École et Justice. De l'égalité des chances aux compromis locaux*, Paris, Éditions Métailié.
- DIONÍSIO, B. – (2006) – «School socialization and reflexive project: on the expert mediation of individual projects», in Resende, J., Vieira, M.M., (eds.), *The School at the Frontiers of Modernity*. Newcastle (UK): Cambridge Scholars Publishing, pp. 127-136.
- DIONÍSIO, B. – (2007) – «O psicólogo na escola e a escola no psicólogo: interrogações preliminares de um tema de pesquisa», in Maria Manuel Vieira (org.), *Escola, Jovens e Media*. Lisboa: ICS/ Imprensa de Ciências Sociais, pp. 95-108.
- DIONÍSIO, B. – (2011) – «A gramática do projecto de vida nas políticas de orientação escolar e profissional», in J. Resende, A. Martins, B. Dionísio, C. Gomes, P. Caetano (orgs.), *Pluralidades Públicas do Público? Controvérsias em educação, saúde e nos modos de ser solidário*. Portalegre: Instituto Politécnico de Portalegre, pp. 139-152

- DODIER, N. (2003) – *Leçons politiques de l'épidémie de sida*, Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- DUBET, F. (2000) – *Les inégalités multipliées*, Tour d'Aigues, Éditions de l'Aube.
- DUBET, F. (2002) – *Le Déclin de L'Institution*, Paris, Seuil.
- DUBET, F., (2008) – *Faits d'école*, Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- DUBET, F., MARTUCCELLI, D. (1996) – *A l'école. Sociologie de l'expérience scolaire*, Paris, Seuil
- DURU-BELLAT, M., (1999) – «La sociologie des inégalités sociales à l'école, entre «engagement et distanciation», in Denis Meuret (ed), *La justice du système éducatif*, Bruxelles, De Boeck Université, p. 21-36.
- DURU-BELLAT, M., MINGAT, A., (1999) – «Implications en termes de justice des modes de groupement d'élèves», in Denis Meuret (ed), *La justice du système éducatif*, Bruxelles, De Boeck Université, p. 99-112.
- DURU-BELLAT, M., (2002) – *Les inégalités sociales à l'école. Genèse et Mythes*, Paris, Presses Universitaires de France.
- GENARD, J-L., (1999) – *La grammaire de la responsabilité*, Paris, Lers Éditions du Cerf.
- GENARD, J-L., (2007) – «Capacités et capacitation : une nouvelle orientation des politiques publiques», in CANTELLI, F., GENARD, J-L (coordonné par), *Action publique et subjectivité*, Paris, Maisons des Sciences de l'Homme, p.41-64
- GENARD, J-L, CANTELLI, F. (2008), – « Êtres capables et compétents : lecture anthropologique et pistes pragmatiques », *SociologieS* [En ligne], Théories et recherches, URL: <http://sociologies.revues.org/index1943.html>.
- HONNETH, A., (2011) – *Luta pelo Reconhecimento. Para uma gramática moral dos conflitos sociais*, Lisboa, Edições 70.
- KARSENTI, B., (1994) – *Marcel Mauss Le fait social total*, Paris, Presses Universitaires de France.
- LATOURETTE, B., ((2006) – *Changer de société. Refaire la sociologie*, Paris, La Découverte.
- LAZZERI, C., CAILLÉ, A. (2004/1) – «La reconnaissance aujourd'hui. Enjeux théoriques, éthiques et politiques du concept» in *revue du Mauss*, n°23, p.88-115.
- MAUSS, M., (1988) – *Ensaio sobre a dádiva*, Lisboa, Edições 70.
- MEAD, G.H. (2006) – *L'esprit, le soi et la société*, Paris, Presse Universitaires de France.
- PATTORONI, L., (2007) – «Le sujet en l'individu. La promesse d'autonomie du travail social au risque d'une colonisation par le proche», in CANTELLI, F., GENARD, J-L (coordonné par), *Action publique et subjectivité*, Paris, Maisons des Sciences de l'Homme, p.203-218.
- QUÉRÉ, L., (2004) – «Behaviorisme et pragmatisme. Enquête et modes d'expérience chez G.H. Mead» in Karsenti, B., Quéré, L., *Raisons Pratiques*, La croyance et l'enquête. Aux sources du pragmatisme, Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, p. 289-316
- RESENDE, J. M. (2003) – *O Engrandecimento de uma Profissão: Os Professores do Ensino Secundário Público no Estado Novo*, Lisboa, Fundação Para a Ciência e Tecnologia e Fundação Calouste Gulbenkian.
- RESENDE, J.M. (2010) – *A Sociedade contra a escola? A socialização política escolar num contexto de incerteza*, Lisboa, Edições Piaget.
- RESENDE, J. M. (2005) – «Por uma Sociologia Política da saúde: do «bem em si mesmo» ao «bem comum», in *Actas do V Congresso internacional de Saúde, Cultura e Sociedade da Agir*, Porto, 1-23.

- RESENDE, J. M., (2006) – ««A morte saiu à rua»: aproximações à morte entre a preservação e o sofrimento da vida», in *Actas do V Congresso internacional de Saúde, Cultura e Sociedade da Agir*, Porto, p.69-102.
- RESENDE, J. M., SAMPAO, L., PAIVA, É., CAPELO, F., DIAS, H., (2006) – «O lugar da doença, do corpo e do sofrimento na representação de formas identitárias de doentes com VIH/Sida, Lisboa, Relatório FCSH/ FCT/CNLS.
- RESENDE, J. M., DIAS, H., (2010) – «Do comportamento de risco ao reconhecimento da discriminação dos seropositivos: reflexões sociológicas sobre o VIH/Sida» in *Actas do V Congresso internacional de Saúde, Cultura e Sociedade da Agir*, Porto, p.199-221, ISBN: 978-989-8170-13-2.
- ROSANVALLON, P. (1981) – *La Crise de l'État-providence*, Le Seuil, 1981
- RICOEUR, P. (2006) – *Percurso do Reconhecimento*, São Paulo, Edições Loyola.
- SEBASTIÃO, J., (2009) – *Democratização do Ensino, desigualdades sociais e trajetórias escolares*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.
- THÉVENOT, L. (1986) – “Les investissements de formes” in L. Thévenot (ed.), *Conventions économiques*, Paris, Presses Universitaires de France, 21-71.
- THÉVENOT, L. (2006) – *L'action au pluriel. Sociologie des régimes d'engagement*, Paris, Éditions la Découverte.
- THÉVENOT, L. (2007) – «Reconnaissances : avec Paul Ricoeur et Axel Honneth» in Caillé, A. (sous la direction), *La quête de reconnaissance, nouveau phénomène social total*, Paris, éditions la Découverte, p.269-283.
- VIEIRA, M. M., PAPPAÁMIKAIL, L., RESENDE, J.M., (2012) – «Forced to deal with the future: uncertainty and risk in vocational choices among Portuguese's pupils», *The Sociological Review*, March, 2012 (em revisão e já aceite para publicação).
- VINCENT, G. (1994) – “Forme scolaire et modèle républicain”, in Guy Vincent (dir.) *L'éducation prisonnière de la forme scolaire?*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 207-227.
- VINCENT, G., LAHIRE, B., THIN, D. – (1994) “Sur l'histoire et la théorie de la forme scolaire”, in Guy Vincent (dir.) *L'éducation prisonnière de la forme scolaire?*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 11-48.
- VINCENT, G (2004) – *Recherches sur la socialisation démocratique*, Lyon, Presses Universitaire de Lyon.
- WAGNER, P. (1996) – *Liberté et Discipline. Les deux crises de la modernité*, Paris, Éditions Métailié.